

SALAS DE LEITURA COMO ECOSISTEMAS DE INOVAÇÃO: GESTÃO DA INFORMAÇÃO, GESTÃO DO CONHECIMENTO E O PAPEL DO PROFESSOR ARTICULADOR NA ERA DIGITAL

Ailton Luiz de Mella

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
<http://lattes.cnpq.br/9469530312112570>
<https://orcid.org/0009-0002-3793-8468>
E-mail: ailton@estudante.ufscar.br

Wanda Aparecida Machado Hoffmann

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
<http://lattes.cnpq.br/7609135667093837>
<https://orcid.org/0000-0002-1359-1802>
E-mail: wanda@ufscar.br

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N2>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N2-30>

RESUMO: Este artigo analisa as Salas de Leitura da rede estadual paulista como ecossistemas de inovação educacional, articulando Gestão da Informação, Gestão do Conhecimento, competência em informação e mediação pedagógica. A pesquisa tem natureza qualitativa, bibliográfica e documental, com base em revisão sistemática da literatura publicada entre 2015 e 2025 e em análise de marcos normativos relativos a bibliotecas escolares e ao Programa Sala de Leitura. O problema investigado consiste em compreender em que condições a integração entre Tecnologias da Informação e Comunicação e atuação do Professor Articulador potencializa processos de criação, organização, compartilhamento e aplicação do conhecimento na escola pública. Os resultados indicam que a Sala de Leitura pode ultrapassar a função de espaço de acervo e atuar como núcleo de leitura, pesquisa, autoria, curadoria informacional, cidadania digital e inovação curricular. Entretanto, esse potencial depende de mediação qualificada, infraestrutura, formação continuada, integração ao currículo, estabilidade normativa e rotinas de registro das práticas pedagógicas. Como contribuição, propõe-se o Modelo Integrado de Gestão do Conhecimento em Salas de Leitura (MIGCSL), organizado em três eixos: Gestão da Informação, Gestão do Conhecimento e Inovação educacional. Conclui-se que a inovação nesses espaços não decorre da presença isolada de tecnologias, mas da articulação entre política pública, organização informacional, comunidades de prática e liderança pedagógica do Professor Articulador.

PALAVRAS-CHAVE: Salas de Leitura. Gestão do Conhecimento. Gestão da Informação. Professor Articulador. Inovação educacional. Competência em informação.

READING ROOMS AS INNOVATION ECOSYSTEMS: INFORMATION MANAGEMENT, KNOWLEDGE MANAGEMENT AND THE ROLE OF THE ARTICULATING TEACHER IN THE DIGITAL AGE

ABSTRACT: This article analyzes the Reading Rooms of the São Paulo state network as ecosystems of educational innovation, articulating Information Management,

Knowledge Management, information competence and pedagogical mediation. The research is qualitative, bibliographic and documentary in nature, based on a systematic review of literature published between 2015 and 2025 and an analysis of regulatory frameworks relating to school libraries and the Reading Room Program. The problem investigated consists of understanding under what conditions the integration between Information and Communication Technologies and the role of the Articulating Teacher enhances processes of creation, organization, sharing and application of knowledge in public schools. The results indicate that the Reading Room can go beyond the function of a collection space and act as a nucleus for reading, research, authorship, information curation, digital citizenship and curricular innovation. However, this potential depends on qualified mediation, infrastructure, continued training, integration into the curriculum, regulatory stability and routines for recording pedagogical practices. As a contribution, the Integrated Model of Knowledge Management in Reading Rooms (MIGCSL) is proposed, organized into three axes: Information Management, Knowledge Management and Educational Innovation. It is concluded that innovation in these spaces does not result from the isolated presence of technologies, but from the articulation between public policy, informational organization, communities of practice and the pedagogical leadership of the Articulating Professor.

KEYWORDS: Reading Rooms. Knowledge Management. Information Management. Articulating Professor. Educational innovation. Information competence.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as escolas públicas brasileiras passaram a conviver com transformações intensas provocadas pela cultura digital, pela expansão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), pela diversificação dos suportes de leitura e pelo fortalecimento de políticas voltadas a bibliotecas escolares. Nesse cenário, as Salas de Leitura deixam de ser compreendidas apenas como ambientes de guarda e empréstimo de livros. Elas passam a ser discutidas como espaços de aprendizagem, mediação cultural, pesquisa escolar, autoria e produção de conhecimento, integrados ao currículo e às demandas da comunidade escolar [1], [2].

No Estado de São Paulo, o Programa Sala de Leitura ocupa posição relevante nesse debate por articular políticas de leitura, formação cidadã, acesso à informação e práticas pedagógicas. A Sala de Leitura aproxima-se, assim, da noção contemporânea de biblioteca escolar: um dispositivo pedagógico que conecta acervos impressos e digitais, mediação docente, tecnologias educacionais e projetos de aprendizagem. O desafio não é apenas assegurar a existência física do espaço, mas compreender sob quais condições

ele se torna efetivamente um ambiente de inovação [3], [4].

Essa discussão exige mobilizar dois campos complementares: a Gestão da Informação (GI) e a Gestão do Conhecimento (GC). A GI envolve práticas de seleção, organização, representação, recuperação e uso da informação. A GC, por sua vez, refere-se aos processos pelos quais saberes tácitos e explícitos são socializados, registrados, combinados e reutilizados em uma comunidade [5], [6]. Em uma escola, esses processos envolvem tanto o conhecimento produzido por estudantes em práticas de leitura e pesquisa quanto o conhecimento pedagógico produzido por professores, gestores e mediadores.

A presença das TICs amplia o alcance das Salas de Leitura, permitindo acesso a catálogos on-line, plataformas de leitura, bases de dados, ambientes virtuais, repositórios de práticas e ferramentas de autoria multimodal. Entretanto, a literatura mostra que a tecnologia, por si só, não gera inovação. Computadores, tablets, leitores digitais e plataformas podem permanecer subutilizados quando não há curadoria, intencionalidade pedagógica e integração curricular [7], [8]. Por isso, a mediação do Professor Articulador torna-se central: esse profissional pode conectar acervo, currículo, tecnologia, pesquisa, leitura e comunidades de prática.

O problema de pesquisa pode ser formulado da seguinte maneira: de que forma a integração estratégica das TICs e a função pedagógica do Professor Articulador nas Salas de Leitura das escolas públicas estaduais de São Paulo potencializam processos de Gestão do Conhecimento e inovação educacional? O objetivo geral é identificar, com base na literatura especializada e em documentos normativos, mecanismos e condições que favorecem essa integração. Especificamente, busca-se analisar o papel das TICs, discutir a mediação do Professor Articulador, sintetizar evidências sobre GI e GC e propor um modelo conceitual para orientar futuras pesquisas e práticas.

A ampliação dessa discussão também se justifica pelo modo como a escola contemporânea lida com a circulação de informações. A presença de dispositivos digitais, redes sociais, plataformas educacionais e sistemas de busca modificou a forma como estudantes acessam conteúdos, mas não eliminou a necessidade de formação crítica. Ao contrário, quanto maior a disponibilidade de fontes, maior a necessidade de

desenvolver critérios de seleção, comparação e validação. Nesse contexto, a Sala de Leitura pode ocupar uma função estratégica por oferecer um ambiente institucionalmente dedicado à mediação entre informação, leitura e aprendizagem.

A relevância do tema torna-se ainda mais evidente quando se considera que a inovação educacional, muitas vezes, é associada apenas à adoção de recursos tecnológicos. Essa associação é limitada. Uma prática pedagógica pode utilizar tecnologia e ainda assim manter uma lógica transmissiva, fragmentada e pouco autoral. Da mesma forma, uma atividade baseada em acervos impressos pode ser inovadora se reorganizar a relação dos estudantes com a pesquisa, a leitura e a produção de conhecimento. Assim, a inovação não está no suporte em si, mas na qualidade das mediações e nas formas de participação que ele possibilita.

Além disso, a Sala de Leitura tem potencial para atuar como espaço de integração entre políticas públicas e práticas locais. Leis, resoluções e programas definem diretrizes, mas é no cotidiano escolar que essas diretrizes ganham ou perdem densidade pedagógica. A análise desse espaço permite observar uma dimensão concreta da política educacional: a passagem entre norma, infraestrutura, trabalho docente e experiência estudantil. Essa passagem é decisiva para compreender por que políticas semelhantes produzem resultados distintos em diferentes escolas.

A escolha do Professor Articulador como foco da análise decorre desse mesmo entendimento. O espaço não se organiza sozinho, e a tecnologia não se integra ao currículo por simples disponibilidade. É necessário um sujeito mediador capaz de interpretar demandas, articular docentes, orientar estudantes, selecionar recursos, registrar práticas e dialogar com a gestão. A função do Professor Articulador, nesse sentido, condensa tensões importantes da escola pública: valorização profissional, formação continuada, condições de trabalho, inovação pedagógica e democratização do acesso à informação.

Outro aspecto que justifica o estudo é a distância entre acesso e apropriação. A ampliação de acervos, plataformas e dispositivos não garante que estudantes desenvolvam autonomia intelectual. O acesso pode permanecer superficial quando a escola não ensina a transformar informação em pergunta, evidência, argumento e

produção autoral. A Sala de Leitura torna-se relevante justamente porque pode organizar essa passagem. Ela reúne condições para que a leitura literária, a pesquisa escolar, a cultura digital e a produção de conhecimento sejam trabalhadas de forma integrada, com acompanhamento pedagógico e intencionalidade curricular.

Também é preciso considerar que a escola pública opera em contextos de desigualdade informacional. Muitos estudantes têm contato cotidiano com tecnologias digitais, mas esse contato nem sempre se converte em letramento informacional, leitura crítica ou domínio de fontes qualificadas. A familiaridade com redes sociais e mecanismos de busca pode produzir a impressão de autonomia, embora frequentemente se limite a práticas rápidas de localização, reprodução e circulação de conteúdos. Nesse cenário, a Sala de Leitura pode funcionar como espaço de compensação pedagógica, oferecendo mediação, repertório, critérios e oportunidades de autoria.

A discussão proposta neste artigo, portanto, não se limita à defesa abstrata da leitura ou da tecnologia. O foco está em compreender como a Sala de Leitura pode ser organizada como ecossistema: um conjunto de pessoas, recursos, normas, práticas, tecnologias e registros que interagem continuamente. Essa perspectiva evita reduzir o problema a um único fator. A falta de acervo é um obstáculo, mas não é o único. A ausência de formação docente também pesa. A descontinuidade normativa, a fragilidade dos registros e a baixa integração curricular são igualmente decisivas. Por isso, a análise precisa articular dimensões pedagógicas, informacionais, tecnológicas e institucionais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A literatura sobre bibliotecas escolares e Salas de Leitura converge para a ideia de que esses espaços possuem natureza eminentemente pedagógica. Perrotti e Pieruccini [1] tratam a mediação cultural como prática que envolve pertencimento, apropriação crítica da linguagem e construção de experiências significativas. Campello [2] e Cunha [9] reforçam que a biblioteca escolar não deve ser vista como apêndice administrativo, mas como dispositivo integrado ao projeto pedagógico, capaz de apoiar leitura, pesquisa, formação de usuários e participação cidadã.

No contexto da competência em informação, Dudziak [10] define information literacy como conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes voltados à busca, avaliação, organização e uso ético da informação. Essa competência é decisiva para a aprendizagem ao longo da vida e para a participação crítica em ambientes digitais. Belluzzo, Santos e Almeida Júnior [11] ampliam essa abordagem ao destacar dimensões cognitivas, técnicas, éticas e políticas da competência em informação, indicando que seu desenvolvimento deve estar articulado a práticas sociais de leitura, escrita, pesquisa e autoria.

O campo da Gestão da Informação contribui ao enfatizar que o acesso qualificado depende de políticas de acervo, representação da informação, catalogação, indexação, curadoria e avaliação de uso. Barbosa [12] e Guimarães [13] mostram que informação mal organizada perde valor social e pedagógico. Em Salas de Leitura, isso significa que acervos físicos e digitais precisam ser inteligíveis, atualizados, recuperáveis e alinhados às necessidades curriculares.

A Gestão do Conhecimento complementa esse olhar. Nonaka e Takeuchi [5] propõem que a criação do conhecimento ocorre na interação entre saberes tácitos e explícitos, por meio de socialização, externalização, combinação e internalização. Wenger [14], ao discutir comunidades de prática, mostra que a aprendizagem organizacional depende de grupos que compartilham problemas, repertórios e experiências. Em uma escola, esses processos aparecem quando professores socializam projetos, registram sequências didáticas, criam repositórios, reaplicam experiências e transformam práticas individuais em patrimônio pedagógico coletivo.

TABELA 1: COMPARAÇÃO SINTÉTICA ENTRE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO NAS SALAS DE LEITURA.

Dimensão	Gestão da Informação (GI)	Gestão do Conhecimento (GC)
Foco	Organização, qualidade e acesso aos registros e acervos.	Aprendizagem, colaboração e circulação de saberes.
Processos	Seleção, curadoria, catalogação, metadados e recuperação.	Socialização, registro, combinação e reuso de práticas.
Papel das TICs	Catálogos, repositórios, bases de dados e plataformas de leitura.	Ambientes colaborativos, comunidades de prática e memória pedagógica.

Resultado esperado	Informação recuperável e relevante para o currículo.	Conhecimento compartilhado e inovação institucionalizada.
--------------------	------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------

A inovação educacional deve ser compreendida a partir dessa articulação. Moran [8], Kenski [7] e Valente [15] indicam que tecnologias digitais só ganham sentido quando integradas a objetivos pedagógicos, metodologias, autoria e avaliação. Inovar não significa apenas introduzir ferramentas novas, mas reorganizar modos de ensinar, aprender, pesquisar, produzir e compartilhar conhecimento. A Sala de Leitura pode funcionar como laboratório curricular: um espaço onde práticas são prototipadas, avaliadas, registradas e difundidas.

A fundamentação também exige diferenciar informação, conhecimento e aprendizagem. Informação pode ser entendida como dado organizado e dotado de sentido em determinado contexto. Conhecimento envolve apropriação, interpretação e capacidade de uso dessa informação em situações concretas. Aprendizagem, por sua vez, supõe transformação do sujeito, de suas práticas e de suas formas de compreender o mundo. Essa distinção é importante porque a Sala de Leitura não deve ser avaliada apenas pela quantidade de informações disponíveis, mas pela capacidade de favorecer processos de apropriação e uso significativo.

A Ciência da Informação contribui para esse debate ao enfatizar que todo acesso à informação é mediado. Catálogos, classificações, palavras-chave, curadorias, interfaces e práticas de orientação não são neutros; eles organizam modos de encontrar e interpretar conteúdos. Em uma Sala de Leitura, a forma como o acervo é disposto, nomeado, sinalizado e relacionado ao currículo interfere diretamente nas possibilidades de uso. Uma coleção rica, mas invisível ou desorganizada, pode ter baixo impacto pedagógico. Uma coleção menor, mas bem mediada, pode produzir experiências mais significativas.

A perspectiva da Gestão do Conhecimento amplia esse argumento ao deslocar a atenção para os saberes produzidos pela própria escola. Professores desenvolvem estratégias, adaptam materiais, conhecem dificuldades recorrentes, testam soluções e constroem repertórios ao longo do tempo. Estudantes também produzem conhecimento

em pesquisas, projetos e atividades autorais. Quando esses saberes não são registrados nem socializados, permanecem dispersos. A Sala de Leitura pode atuar como espaço de organização dessa memória, aproximando produção estudantil, prática docente e aprendizagem institucional.

Outro conceito fundamental é o de mediação pedagógica. Mediar não significa apenas facilitar acesso, mas construir condições para que os sujeitos se relacionem criticamente com os objetos culturais e informacionais. A mediação envolve escuta, seleção, problematização, acompanhamento e devolutiva. Por isso, a atuação do Professor Articulador exige tanto repertório técnico quanto sensibilidade educacional. Ele precisa compreender fontes, tecnologias e acervos, mas também precisa reconhecer interesses, dificuldades e possibilidades dos estudantes.

A competência em informação ocupa lugar estratégico nessa fundamentação porque permite aproximar leitura, pesquisa e cidadania. Um estudante competente em informação não é apenas aquele que encontra rapidamente uma resposta em um buscador. É aquele que formula uma necessidade informacional, escolhe fontes adequadas, compara evidências, identifica autoria, reconhece vieses, registra referências, usa informação de modo ético e transforma o material consultado em produção própria. Essas habilidades são centrais para a aprendizagem escolar e para a participação social em ambientes marcados por excesso de dados, desinformação e disputas de sentido [10], [11].

No contexto da Sala de Leitura, a competência em informação pode ser trabalhada por meio de situações didáticas concretas. Projetos de pesquisa, clubes de leitura, oficinas de escrita, produção de podcasts, exposições temáticas, leitura crítica de notícias e elaboração de resenhas são oportunidades para que estudantes pratiquem busca, seleção, interpretação e comunicação. A diferença está na intencionalidade. Uma atividade de pesquisa pode se limitar à cópia de páginas da internet ou pode se tornar um percurso de investigação com problema, fontes, critérios, síntese e autoria. A mediação do Professor Articulador é o elemento que ajuda a deslocar a atividade para o segundo caminho.

Essa perspectiva também dialoga com a noção de aprendizagem organizacional.

A escola aprende quando transforma experiências em repertório compartilhado. Se um projeto de leitura produz bons resultados, mas não é registrado, sua permanência depende apenas da memória dos envolvidos. Se a experiência é documentada, discutida e adaptada, ela passa a integrar a cultura pedagógica da instituição. A Gestão do Conhecimento, nesse sentido, não deve ser entendida como conceito empresarial transplantado de forma mecânica para a educação. Ela oferece uma linguagem para pensar algo profundamente escolar: como preservar, compartilhar e aprimorar saberes produzidos no cotidiano.

Por fim, a fundamentação teórica permite compreender a Sala de Leitura como espaço híbrido. O híbrido não se refere apenas à mistura entre físico e digital, mas à articulação entre diferentes formas de mediação. Livros impressos, plataformas digitais, conversas, projetos, registros, exposições, comunidades de prática e produtos autorais compõem um mesmo ambiente de aprendizagem. O valor pedagógico não está em escolher um suporte em detrimento de outro, mas em organizar relações significativas entre eles. Essa compreensão é importante para evitar tanto a nostalgia de uma biblioteca puramente impressa quanto o entusiasmo acrítico por soluções digitais.

METODOLOGIA

A pesquisa é qualitativa, bibliográfica e documental. A abordagem qualitativa foi adotada porque o objetivo não é mensurar impactos estatísticos, mas compreender significados, arranjos sociotécnicos, práticas de mediação e condições institucionais associadas às Salas de Leitura. O estudo bibliográfico permite mapear contribuições teóricas e empíricas sobre TICs, GI, GC, competência em informação e inovação em bibliotecas escolares. A análise documental, por sua vez, permite situar esses debates no contexto de marcos normativos nacionais e paulistas [16], [17].

O levantamento foi organizado como revisão sistemática de literatura de caráter qualitativo. Foram considerados estudos publicados entre 2015 e 2025, além de documentos normativos relevantes para a compreensão do Programa Sala de Leitura e das bibliotecas escolares. As buscas incluíram bases nacionais e internacionais, como BRAPCI, SciELO, LISA, ERIC, Web of Science, catálogos de teses e dissertações e

repositórios institucionais. Os descritores envolveram expressões como “Salas de Leitura”, “bibliotecas escolares”, “Gestão do Conhecimento”, “Gestão da Informação”, “TICs”, “competência em informação”, “mediação da leitura” e “inovação educacional”.

TABELA 2: SÍNTESE DO PERCURSO METODOLÓGICO.

Etapa	Procedimento adotado	Finalidade
Delimitação	Recorte temporal de 2015 a 2025 e foco nas Salas de Leitura paulistas.	Captar debates recentes e o contexto normativo atual.
Busca	Consulta a bases acadêmicas, catálogos e repositórios institucionais.	Identificar produção nacional e internacional pertinente.
Elegibilidade	Inclusão de estudos sobre bibliotecas escolares, TICs, GI, GC, mediação e inovação.	Garantir aderência ao problema de pesquisa.
Análise	Leitura integral, matriz de síntese e análise temática.	Identificar padrões, Lacunas e eixos conceituais.
Síntese	Formulação do MIGCSL.	Organizar os achados em modelo teórico-operacional.

Foram incluídos estudos que discutiam bibliotecas escolares ou Salas de Leitura em contextos brasileiros ou comparáveis, especialmente quando relacionados a TICs, GI, GC, competência em informação, mediação docente e inovação pedagógica. Foram excluídos textos puramente opinativos sem identificação de método, estudos sobre bibliotecas universitárias sem relação com educação básica e documentos desatualizados ou sem pertinência para o recorte institucional. O corpus final reuniu 91 estudos, analisados por meio de categorias temáticas.

A análise seguiu princípios da análise de conteúdo [18]. Na pré-análise, realizou-se leitura exploratória dos textos. Na exploração do material, foram destacados trechos relativos a acervo, tecnologia, mediação, competência em informação, políticas públicas, Professor Articulador, inovação e Gestão do Conhecimento. Na etapa interpretativa, esses elementos foram reorganizados em eixos que sustentam a discussão dos resultados e a proposição do MIGCSL.

A metodologia foi desenhada para responder a um objeto de natureza interdisciplinar. As Salas de Leitura situam-se entre Educação, Ciência da Informação,

políticas públicas, tecnologia e gestão escolar. Por isso, a revisão não poderia limitar-se a uma única base ou a uma única tradição teórica. A combinação entre literatura acadêmica e documentos normativos permitiu compreender tanto os conceitos mobilizados quanto as condições institucionais que afetam a implementação do Programa Sala de Leitura.

A etapa de identificação das fontes buscou equilibrar abrangência e pertinência. Foram considerados estudos nacionais, por tratarem diretamente das bibliotecas escolares brasileiras e das Salas de Leitura paulistas, e estudos internacionais, por oferecerem conceitos sobre bibliotecas escolares, competência em informação, comunidades de prática e Gestão do Conhecimento. Essa combinação permitiu evitar uma leitura excessivamente localista sem perder a especificidade do contexto analisado.

Na etapa de triagem, os textos foram avaliados a partir de sua aderência ao problema de pesquisa. Trabalhos que mencionavam tecnologia de modo genérico, sem relação com bibliotecas escolares, mediação ou práticas informacionais, foram descartados. Da mesma forma, estudos sobre Gestão do Conhecimento em ambientes corporativos foram utilizados apenas quando ofereciam conceitos transferíveis ao contexto educacional. Esse cuidado foi necessário para preservar a coerência do corpus.

A matriz de análise foi construída para registrar não apenas dados bibliográficos, mas também contribuições conceituais e operacionais. Para cada texto, buscou-se identificar quais problemas eram discutidos, quais sujeitos apareciam como mediadores, que tecnologias eram mencionadas, que práticas de organização da informação eram descritas e que resultados ou lacunas eram apontados. Essa matriz permitiu comparar materiais heterogêneos e construir categorias comuns.

A análise documental considerou leis, resoluções e orientações institucionais como fontes que expressam concepções de política pública. Esses documentos foram lidos não apenas para descrever regras, mas para compreender que papel atribuem à Sala de Leitura, ao acervo, à tecnologia e ao profissional responsável. A comparação entre literatura e norma permitiu identificar convergências e tensões, especialmente em relação à valorização do Professor Articulador e à continuidade das práticas.

O procedimento analítico foi organizado em três movimentos complementares.

No primeiro, realizou-se uma leitura de reconhecimento para identificar conceitos recorrentes, como biblioteca escolar, mediação, competência em informação, TICs, curadoria, inovação e Professor Articulador. No segundo, os textos foram classificados em uma matriz temática, permitindo comparar contribuições de naturezas distintas. No terceiro, as categorias foram reinterpretadas à luz do problema de pesquisa, buscando identificar relações entre condições institucionais, práticas informacionais e produção de conhecimento. Esse percurso evitou uma simples justaposição de autores e favoreceu uma síntese argumentativa.

As categorias de análise foram definidas de modo progressivo. Algumas derivaram diretamente do referencial teórico, como Gestão da Informação, Gestão do Conhecimento e competência em informação. Outras emergiram da leitura do corpus, como descontinuidade institucional, invisibilidade dos registros, uso instrumental das TICs e centralidade do Professor Articulador. Essa combinação entre categorias prévias e emergentes foi importante porque o objeto não poderia ser reduzido antecipadamente a um esquema fechado. A revisão precisava respeitar a complexidade da literatura e, ao mesmo tempo, produzir uma estrutura interpretativa coerente.

Para garantir consistência, cada documento foi observado a partir de perguntas orientadoras: que concepção de Sala de Leitura ou biblioteca escolar aparece no texto? Que papel é atribuído às tecnologias? Como a mediação é descrita? Há menção à organização da informação? Existem práticas de registro, socialização ou reuso de conhecimento? Que limites institucionais são apontados? Que indicadores ou resultados são mobilizados? Essas perguntas permitiram comparar estudos teóricos, relatos de experiência, documentos normativos e pesquisas empíricas sem perder o foco do artigo.

Reconhece-se, como limitação metodológica, que a revisão não substitui observação direta das escolas. O artigo constrói uma síntese teórico-documental e propõe um modelo conceitual, mas a validação do MIGCSL dependerá de estudos de campo. Ainda assim, essa etapa é necessária porque organiza o debate, identifica lacunas e oferece uma base para futuras investigações empíricas. Em outras palavras, o artigo não pretende encerrar a discussão, mas formular um mapa analítico mais consistente para orientar pesquisas e intervenções posteriores.

RESULTADOS DA REVISÃO

Os resultados indicam que a literatura recente desloca a compreensão da Sala de Leitura de um espaço centrado exclusivamente no acervo para um ambiente híbrido de aprendizagem. Essa mudança é relevante porque permite pensar a Sala de Leitura como ponto de convergência entre leitura, pesquisa, cultura digital, autoria, mediação e cidadania informacional. Em vez de apenas disponibilizar materiais, o espaço passa a organizar condições para que estudantes aprendam a formular problemas, buscar fontes, avaliar informações, produzir sínteses e comunicar resultados [10], [11].

Um primeiro achado diz respeito à centralidade da curadoria. A abundância informacional não elimina a necessidade de mediação; ao contrário, torna-a mais urgente. Em ambientes digitais, estudantes acessam grande volume de textos, imagens, vídeos, plataformas e discursos, mas nem sempre possuem critérios para avaliar confiabilidade, pertinência, autoria e intenção comunicativa. A Sala de Leitura pode atuar como ambiente de formação para essa leitura crítica, desde que o Professor Articulador organize percursos investigativos e situações de uso real da informação.

Um segundo achado refere-se à diferença entre disponibilizar tecnologia e produzir inovação. A literatura mostra que equipamentos digitais tendem a gerar pouco impacto quando chegam à escola sem planejamento pedagógico, formação continuada e integração ao currículo [7], [8]. A inovação ocorre quando as TICs são usadas para ampliar autoria, colaboração, pesquisa, documentação de práticas e circulação do conhecimento. Portanto, o foco não deve estar apenas no artefato tecnológico, mas nas relações que ele permite construir.

Um terceiro achado envolve o papel do Professor Articulador. A função aparece como estratégica porque conecta dimensões que frequentemente permanecem separadas: acervo, tecnologia, currículo, projetos, formação de usuários e memória pedagógica. Quando apoiado institucionalmente, esse profissional pode liderar práticas de GI, organizando acervos e recursos digitais, e práticas de GC, estimulando comunidades de prática, registros de experiências e reuso de materiais didáticos.

Quando a função é tratada apenas como solução administrativa de atribuição de aulas, o potencial pedagógico da Sala de Leitura é reduzido.

TABELA 3: PRINCIPAIS ACHADOS DA REVISÃO.

Eixo	Síntese dos achados	Implicação para a Sala de Leitura
Competência em informação	A formação crítica depende de busca, avaliação, uso ético e produção de informação.	A Sala deve propor percursos investigativos, e não apenas acesso a fontes.
TICs	Tecnologias ampliam possibilidades, mas não inovam sozinhas.	É necessário integrar recursos digitais a objetivos curriculares.
Gestão da Informação	Acervos e recursos precisam ser organizados, representados e recuperáveis.	Curadoria e metadados tornam o espaço pedagogicamente utilizável.
Gestão do Conhecimento	Saberes docentes e discentes precisam circular e ser registrados.	Comunidades de prática e repositórios evitam perda de conhecimento escolar.
Professor Articulador	Atua como mediador entre acervo, currículo, tecnologia e projetos.	Sua formação e continuidade são condições para inovação.

O primeiro resultado transversal da revisão é a recorrência da ideia de mediação. Mesmo quando os estudos utilizam terminologias distintas, aparece a compreensão de que a Sala de Leitura depende de sujeitos capazes de orientar, provocar, selecionar, contextualizar e acompanhar. Essa mediação pode assumir formas variadas: indicação de leituras, orientação de pesquisa, formação de usuários, apoio a projetos, curadoria de fontes digitais e organização de experiências autorais.

O segundo resultado transversal é a crítica à visão instrumental das tecnologias. A literatura aponta que as TICs são importantes, mas sua presença não resolve automaticamente problemas de leitura, pesquisa ou inovação. Em muitos casos, a tecnologia apenas desloca para o ambiente digital práticas tradicionais de reprodução. O diferencial está na reorganização pedagógica: quando as ferramentas digitais ajudam estudantes a investigar, colaborar, argumentar, produzir e compartilhar.

O terceiro resultado transversal é a fragilidade dos registros. Embora muitas experiências sejam descritas como relevantes, nem sempre aparecem estratégias sistemáticas para documentá-las e reutilizá-las. Essa ausência limita a aprendizagem institucional. Sem registro, a escola não acumula conhecimento sobre suas próprias práticas. Sem reuso, projetos ficam restritos a momentos pontuais. Sem socialização, a inovação permanece isolada.

Um quarto resultado transversal é a necessidade de integração curricular. As experiências mais potentes são aquelas em que a Sala de Leitura não aparece como atividade paralela, mas como parte do planejamento das áreas. Quando o espaço é acionado apenas para empréstimos, eventos comemorativos ou atividades pontuais, seu alcance pedagógico fica limitado. Quando participa da definição de temas, fontes, produtos, critérios de pesquisa e formas de socialização, passa a atuar como infraestrutura de aprendizagem. Essa diferença é decisiva para compreender por que algumas Salas de Leitura se tornam centrais na escola e outras permanecem periféricas.

O quinto resultado é a importância da autoria estudantil. A literatura indica que práticas de leitura e pesquisa ganham maior densidade quando resultam em produções compartilháveis: resenhas, seminários, exposições, mapas conceituais, podcasts, vídeos, clubes de leitura, guias temáticos ou repositórios de fontes. Esses produtos tornam visível o percurso de aprendizagem e permitem que os estudantes deixem de ser apenas consumidores de informação. A autoria também favorece avaliação formativa, pois revela como o estudante seleciona, interpreta, organiza e comunica o conhecimento.

TABELA 4: MATRIZ DE MATURIDADE PARA ANÁLISE DA SALA DE LEITURA.

Dimensão	Nível inicial	Nível em desenvolvimento	Nível consolidado
Acervo e informação	Materiais disponíveis, mas pouco organizados.	Curadorias temáticas e alguma recuperação sistemática.	Acervo físico e digital integrado ao currículo e atualizado por critérios.
Mediação	Ações pontuais de leitura ou empréstimo.	Oficinas e projetos com participação de algumas áreas.	Percursos contínuos de leitura, pesquisa, autoria e competência em informação.
Tecnologia	Uso eventual de plataformas ou equipamentos.	Recursos digitais selecionados para projetos específicos.	Ecosistema híbrido com curadoria, autoria, registro e colaboração.
Conhecimento escolar	Práticas dependentes de indivíduos.	Registros parciais de projetos e materiais.	Repositório de experiências, socialização docente e reuso planejado.
Gestão e avaliação	Baixa visibilidade institucional.	Indicadores simples de uso e participação.	Avaliação formativa com indicadores pedagógicos, informacionais e colaborativos.

DISCUSSÃO DOS ACHADOS

Os achados também indicam que a Sala de Leitura pode contribuir para a formação docente. Ao apoiar projetos interdisciplinares, o Professor Articulador ajuda professores a localizar materiais, pensar percursos de pesquisa, selecionar fontes e registrar resultados. Esse apoio cria oportunidades de aprendizagem profissional situada, pois os docentes refletem sobre suas práticas a partir de problemas reais da escola.

Outro resultado relevante é a presença de lacunas entre norma e prática. As políticas reconhecem a importância das Salas de Leitura, mas a implementação depende de condições locais. Em algumas unidades, o espaço é ativo, integrado e reconhecido. Em outras, funciona de forma irregular, com acervo pouco organizado, baixa integração curricular ou uso restrito. Essa variação mostra que políticas precisam ser acompanhadas por formação, monitoramento e mecanismos de apoio.

A revisão também sugere que o uso de indicadores pode fortalecer a gestão das Salas de Leitura. Indicadores não devem reduzir o trabalho a métricas simplistas, mas podem tornar visíveis dimensões que costumam permanecer invisíveis: frequência de projetos, diversidade de fontes utilizadas, participação dos estudantes, registros de práticas, uso de recursos digitais, parcerias entre áreas e produtos autorais elaborados. Esses dados ajudam a defender o espaço e a planejar melhorias.

Também se observa uma tensão normativa. A legislação brasileira reconhece a relevância das bibliotecas escolares, especialmente a Lei nº 12.244/2010 e a Lei nº 14.837/2024, que institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares [3], [4]. No entanto, a efetividade dessas políticas depende de infraestrutura, profissionalização, financiamento, acompanhamento e continuidade. No caso paulista, as resoluções sobre o Programa Sala de Leitura evidenciam avanços, mas também instabilidades relacionadas à atribuição, perfil profissional e permanência do Professor Articulador [19], [20].

Outro ponto importante é que muitas informações que apareciam na dissertação em quadros extensos funcionam melhor, em formato de artigo, como síntese analítica. O essencial não é listar todos os autores e definições, mas mostrar a convergência entre eles: a Sala de Leitura contemporânea precisa ser entendida simultaneamente como

espaço de mediação cultural, infraestrutura informacional, ambiente híbrido, comunidade de prática e laboratório curricular. Essa síntese preserva o argumento central sem sobrecarregar o artigo com tabelas longas.

Essa reorganização também muda o lugar dos resultados. Em uma dissertação, é aceitável apresentar longos quadros de autores, conceitos e documentos porque o texto precisa demonstrar exaustividade e percurso investigativo. Em um artigo, a exigência é outra: os dados precisam sustentar uma tese de modo mais direto. Por isso, o tratamento dado aos resultados deve converter inventário em interpretação. A pergunta deixa de ser apenas “quais autores dizem o quê?” e passa a ser “que padrão de compreensão emerge quando esses autores são lidos em conjunto?”. O padrão identificado é a passagem da Sala de Leitura como espaço de guarda para a Sala de Leitura como ecossistema de conhecimento.

Do ponto de vista crítico, a revisão também revela que o discurso da inovação pode ocultar desigualdades. Falar em cultura digital, autoria e plataformas sem considerar infraestrutura, formação e tempo de trabalho pode transferir para a escola e para o Professor Articulador responsabilidades que dependem de políticas públicas. Assim, a inovação precisa ser tratada como processo situado. Ela não se realiza apenas por vontade individual, mas por combinação entre condições materiais, organização institucional e mediação pedagógica. Essa leitura evita responsabilizar profissionais isoladamente por problemas estruturais.

Outra tensão importante envolve a própria função do Professor Articulador. A centralidade desse profissional não deve ser confundida com personalização excessiva do programa. Quando a Sala de Leitura depende apenas do engajamento individual de uma pessoa, sua continuidade fica vulnerável. O papel do Professor Articulador é liderar, articular e mediar, mas a escola precisa construir rotinas e registros que permaneçam para além de mudanças de equipe. A Gestão do Conhecimento ajuda justamente a reduzir essa dependência, transformando práticas em patrimônio institucional.

Por isso, a discussão dos achados aponta para uma concepção equilibrada de inovação. A Sala de Leitura inovadora não é necessariamente a que possui mais equipamentos ou a que realiza mais eventos. É aquela que consegue organizar

informação relevante, formar usuários críticos, apoiar o currículo, documentar práticas, estimular autoria e socializar conhecimento. Essa definição é mais exigente, mas também mais adequada ao contexto escolar, porque permite reconhecer avanços graduais e orientar melhorias concretas.

MODELO INTEGRADO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO EM SALAS DE LEITURA

A partir dos resultados, propõe-se o Modelo Integrado de Gestão do Conhecimento em Salas de Leitura (MIGCSL). O modelo não é um protocolo fechado, mas uma representação teórico-operacional destinada a orientar análise, planejamento e pesquisa. Seu objetivo é integrar três dimensões que aparecem de modo recorrente na literatura: Gestão da Informação, Gestão do Conhecimento e Inovação educacional.

Fig. 1: Ilustração do Modelo Integrado de Gestão do Conhecimento em Salas de Leitura (MIGCSL).



No eixo da Gestão da Informação, situam-se práticas de curadoria, organização, representação, recuperação e avaliação de acervos físicos e digitais. Esse eixo garante

que a informação esteja disponível de modo inteligível, confiável e alinhado às necessidades do currículo. No eixo da Gestão do Conhecimento, localizam-se práticas de socialização, registro, combinação e reuso de saberes pedagógicos. Esse eixo transforma experiências individuais em memória coletiva. No eixo da inovação educacional, emergem projetos de leitura, pesquisa, autoria, cultura digital e aprendizagem colaborativa sustentados por GI e GC.

O MIGCSL coloca o Professor Articulador em posição central porque a integração entre informação, conhecimento e inovação não acontece de forma automática. É esse profissional que pode articular necessidades informacionais, curadoria de recursos, planejamento com docentes, apoio aos estudantes, registro de práticas e avaliação de resultados. A inovação, nesse sentido, torna-se processo institucional e não apenas iniciativa isolada.

Fig. 2: Três pilares analíticos do Modelo Integrado de Gestão do Conhecimento em Salas de Leitura.



TABELA 5: EIXOS OPERACIONAIS DO MIGCSL.

Eixo	Processos centrais	Indicadores possíveis
Gestão da Informação	Curadoria, catalogação, organização, metadados e formação de usuários.	Atualização do acervo, tempo de recuperação, diversidade de fontes e aderência curricular.
Gestão do Conhecimento	Comunidades de prática, registro de projetos, repositórios e reuso de sequências.	Frequência de socialização, volume de práticas registradas e continuidade de projetos.
Inovação educacional	Projetos interdisciplinares, autoria multimodal, cultura digital e pesquisa escolar.	Participação estudantil, produtos autorais, integração curricular e aprendizagem evidenciada.

A aplicação do MIGCSL pode ser pensada em camadas. A primeira camada é diagnóstica: identificar o que existe, como o acervo está organizado, quais tecnologias são utilizadas, quais práticas já acontecem e quais registros estão disponíveis. A segunda camada é formativa: desenvolver competências do Professor Articulador, dos docentes e dos estudantes para uso crítico da informação. A terceira camada é operacional: planejar projetos, organizar curadorias, criar rotinas de registro e definir indicadores. A quarta camada é avaliativa: observar resultados, ajustar percursos e compartilhar aprendizagens.

O modelo também ajuda a evitar soluções únicas. Uma escola com acervo desorganizado talvez precise começar pela GI. Outra, com bons recursos mas pouca socialização docente, pode priorizar GC. Uma terceira, com projetos ativos mas sem registros, pode organizar repositórios e indicadores. O MIGCSL não impõe uma sequência rígida; ele permite reconhecer prioridades sem perder a visão integrada.

Em termos práticos, o modelo sugere que cada projeto desenvolvido na Sala de Leitura seja acompanhado por três perguntas: que informações foram selecionadas e organizadas? Que conhecimentos foram produzidos ou compartilhados? Que inovação pedagógica ou aprendizagem resultou desse processo? Essas perguntas transformam atividades em experiências analisáveis e ajudam a construir memória pedagógica.

O modelo também permite compreender limites. Sem infraestrutura mínima, a GI perde base material. Sem formação continuada, a mediação fica dependente de iniciativas individuais. Sem tempo institucional, a GC não se consolida. Sem estabilidade normativa, projetos não amadurecem. Portanto, fortalecer a Sala de Leitura exige decisões em diferentes níveis: políticas públicas, gestão escolar, formação docente, organização informacional e cultura colaborativa.

IMPLICAÇÕES PRÁTICAS PARA A ORGANIZAÇÃO DA SALA DE LEITURA

A análise realizada permite transformar os resultados em implicações práticas para escolas que desejam fortalecer suas Salas de Leitura. A primeira implicação é reconhecer que o espaço precisa de uma política de curadoria. Curadoria não significa

apenas escolher livros ou indicar links. Significa construir critérios para selecionar, organizar e atualizar recursos em função do currículo, dos interesses dos estudantes e dos projetos da escola. Uma curadoria bem feita evita dispersão, facilita a recuperação da informação e cria pontes entre acervo, tecnologia e aprendizagem.

Essa curadoria pode ser organizada por temas geradores, componentes curriculares, habilidades, projetos interdisciplinares ou problemas do território. Por exemplo, uma escola que trabalha sustentabilidade pode reunir livros literários, textos científicos, reportagens, bases de dados, vídeos, mapas, infográficos e produções estudantis sobre o tema. A Sala de Leitura deixa de ser apenas local de consulta e passa a funcionar como ambiente de investigação. O Professor Articulador, nesse caso, atua como designer de percursos informacionais.

A segunda implicação é a necessidade de rotinas de documentação. Muitos projetos escolares produzem bons resultados, mas desaparecem porque não são registrados. Uma ficha simples de projeto pode incluir objetivo, turma, componentes envolvidos, fontes utilizadas, produto final, dificuldades, resultados observados e sugestões de continuidade. Esse tipo de registro permite que a escola aprenda consigo mesma. Também facilita que outros professores adaptem a experiência, evitando que cada novo projeto comece do zero.

A terceira implicação é a integração da Sala de Leitura ao planejamento docente. Em vez de receber demandas apenas de forma pontual, o Professor Articulador pode participar de momentos de planejamento por área ou por projeto. Essa participação permite antecipar necessidades de acervo, selecionar fontes, propor produtos autorais e alinhar práticas de competência em informação. Quando a Sala entra apenas no final, como espaço para executar uma atividade já definida, seu potencial diminui. Quando entra no início, ajuda a desenhar a experiência de aprendizagem.

A quarta implicação é o uso pedagógico das tecnologias. Plataformas digitais, catálogos, ambientes virtuais e ferramentas de autoria devem ser selecionados com base em perguntas pedagógicas: que problema de aprendizagem esta tecnologia ajuda a resolver? Que tipo de autoria ela permite? Que dados ela coleta? Que riscos éticos envolve? Como será mediada? Essa postura evita tanto o entusiasmo acrítico quanto a

rejeição genérica das tecnologias. A questão não é usar mais ferramentas, mas usar melhor as ferramentas necessárias.

A quinta implicação refere-se ao papel dos estudantes. Um ecossistema de inovação não trata estudantes apenas como usuários. Eles também podem ser curadores, autores, monitores, pesquisadores e produtores de memória. Estudantes podem elaborar resenhas, podcasts, guias de leitura, exposições, mapas temáticos, clubes de leitura, tutoriais de pesquisa e bancos de fontes confiáveis. Quando essas produções são incorporadas à Sala de Leitura, o espaço passa a refletir a autoria da própria comunidade escolar.

A sexta implicação é a construção de uma cultura de avaliação formativa. A Sala de Leitura pode acompanhar indicadores simples, como frequência de uso, diversidade de turmas atendidas, projetos realizados, tipos de fontes utilizadas, produções geradas, registros de práticas e participação de professores. Esses indicadores não devem servir para burocratizar o trabalho, mas para dar visibilidade ao que a Sala produz. O que não é registrado tende a ser visto como inexistente pela gestão e pelas políticas públicas.

TABELA 6: PRÁTICAS RECOMENDADAS PARA UMA SALA DE LEITURA ORIENTADA POR GI E GC.

Dimensão	Prática recomendada	Resultado esperado
Curadoria	Organizar trilhas temáticas com fontes impressas e digitais.	Fontes mais acessíveis e alinhadas ao currículo.
Mediação	Planejar percursos de leitura, pesquisa e autoria.	Estudantes mais autônomos no uso da informação.
Registro	Documentar projetos e produtos estudantis.	Memória pedagógica preservada e reutilizável.
Colaboração	Criar momentos de planejamento com docentes.	Integração entre Sala de Leitura e currículo.
Avaliação	Acompanhar indicadores de uso, autoria e aprendizagem.	Maior visibilidade institucional do espaço.

ROTEIRO DE IMPLEMENTAÇÃO DO MIGCSL

Para que o MIGCSL seja útil à escola, ele precisa ser traduzido em etapas possíveis. A primeira etapa é diagnóstica. A unidade escolar deve mapear o estado atual da Sala de Leitura: acervo, infraestrutura, organização, frequência de uso, recursos

digitais, perfil do profissional responsável, projetos existentes e demandas dos professores. Esse diagnóstico não precisa ser complexo, mas deve ser honesto. Ele permite identificar prioridades e evitar que o planejamento comece por ações desconectadas da realidade.

A segunda etapa é a organização informacional. Aqui entram ações de GI: revisão do acervo, criação de categorias, sinalização, listas temáticas, atualização de recursos, organização de materiais digitais e definição de critérios de seleção. Essa etapa é fundamental porque a inovação depende de uma base organizada. Acervos invisíveis ou difíceis de recuperar não se convertem em aprendizagem. Recursos digitais dispersos também perdem valor quando não são selecionados e contextualizados.

A terceira etapa é a integração curricular. Depois de organizar recursos, a Sala de Leitura precisa se aproximar dos professores. O Professor Articulador pode levantar projetos previstos, habilidades prioritárias, dificuldades de aprendizagem e temas de interesse. A partir disso, pode propor trilhas de leitura, oficinas de pesquisa, atividades de competência em informação e produtos autorais. Essa etapa transforma a Sala em parceira do currículo.

A quarta etapa é a socialização e o registro. Cada projeto realizado deve gerar alguma forma de memória: relato breve, portfólio, produto estudantil, lista de fontes, rubrica de avaliação ou registro fotográfico autorizado. Esses materiais podem compor um repositório físico ou digital da Sala de Leitura. A GC começa quando a escola deixa de depender apenas da memória individual e passa a preservar suas aprendizagens coletivas.

A quinta etapa é a avaliação e retroalimentação. Ao final de cada ciclo, a escola pode analisar o que foi realizado, quais turmas participaram, que produtos foram criados, quais dificuldades apareceram e que ajustes são necessários. Esse movimento transforma o MIGCSL em ciclo contínuo, e não em documento estático. A inovação, nesse sentido, é menos um evento e mais uma rotina de aprendizagem institucional.

TABELA 7: ETAPAS DE IMPLEMENTAÇÃO DO MIGCSL.

Etapa	Pergunta orientadora	Produto esperado
Diagnóstico	O que existe e quais são as principais necessidades?	Mapa inicial da Sala de Leitura.
Organização	Como tornar acervos e recursos mais acessíveis?	Curadorias, categorias e trilhas temáticas.
Integração	Como conectar Sala de Leitura e currículo?	Projetos interdisciplinares planejados.
Registro	Como preservar o conhecimento produzido?	Repositório de práticas e produções.
Avaliação	O que funcionou e o que precisa mudar?	Indicadores e plano de melhoria.

Esse roteiro tem a vantagem de ser adaptável. Escolas com maior infraestrutura podem iniciar por repositórios digitais e projetos de autoria multimodal. Escolas com menor infraestrutura podem começar por organização do acervo, mediação de leitura e registros simples em planilhas ou pastas físicas. O essencial é manter a articulação entre informação, conhecimento e inovação. Mesmo ações pequenas podem produzir efeitos relevantes quando fazem parte de um ciclo intencional.

Uma forma viável de iniciar a implementação é organizar um ciclo-piloto de curta duração. Em vez de tentar transformar toda a Sala de Leitura de uma vez, a escola pode escolher um tema curricular, uma turma ou um componente específico e aplicar o MIGCSL em escala reduzida. Nesse ciclo, o Professor Articulador seleciona fontes, combina objetivos com o docente da área, orienta os estudantes em etapas de pesquisa, registra os produtos gerados e avalia o processo ao final. A experiência piloto permite testar procedimentos, identificar dificuldades e produzir evidências para ampliar a proposta.

Esse ciclo-piloto pode seguir quatro movimentos. O primeiro é a escolha de um problema de aprendizagem relevante, como dificuldade de leitura crítica, baixa qualidade das pesquisas escolares ou pouca autonomia na seleção de fontes. O segundo é a curadoria de materiais, combinando livros, textos digitais, vídeos, documentos, imagens e produções locais. O terceiro é a mediação do percurso, com momentos de orientação, leitura, comparação de fontes, produção autoral e socialização. O quarto é o registro reflexivo, reunindo evidências do que foi feito e do que precisa ser melhorado. Assim, o modelo deixa de ser apenas conceitual e passa a orientar uma prática concreta.

O ciclo também ajuda a construir confiança institucional. Professores tendem a aderir mais facilmente quando percebem que a Sala de Leitura resolve problemas reais de sala de aula. Gestores tendem a apoiar mais quando conseguem visualizar resultados, produtos e registros. Estudantes participam melhor quando compreendem que sua produção terá circulação e sentido. Portanto, a implementação do MIGCSL deve ser progressiva, mas visível. Pequenas experiências bem documentadas podem funcionar como demonstrações de valor e estimular novas parcerias dentro da escola.

INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DA SALA DE LEITURA

A avaliação de Salas de Leitura costuma ser reduzida a dados de frequência ou empréstimo. Esses dados são úteis, mas insuficientes. Uma Sala pode ter alta circulação de livros e pouca integração curricular; ou pode ter frequência moderada e produzir projetos de grande densidade pedagógica. Por isso, o MIGCSL sugere um conjunto mais amplo de indicadores, combinando dimensões quantitativas e qualitativas.

Na dimensão da Gestão da Informação, podem ser observados indicadores como atualização do acervo, percentual de materiais catalogados, existência de curadorias temáticas, facilidade de recuperação, diversidade de fontes e uso de recursos digitais. Esses indicadores ajudam a verificar se a informação está organizada de modo acessível. Na dimensão da Gestão do Conhecimento, podem ser considerados registros de projetos, reuso de materiais, reuniões de socialização, participação docente e continuidade de práticas. Na dimensão da inovação, podem ser observados produtos autorais, integração interdisciplinar, protagonismo estudantil e evidências de aprendizagem.

É importante que os indicadores não sejam usados de forma punitiva. Seu papel deve ser formativo. Eles ajudam o Professor Articulador e a gestão a compreender o que está acontecendo, justificar necessidades e planejar melhorias. Indicadores também permitem comunicar à comunidade escolar a relevância do espaço. Muitas vezes, o trabalho de mediação é invisível porque não aparece em números simples. Uma avaliação mais ampla torna essa contribuição mais perceptível.

TABELA 8: INDICADORES POSSÍVEIS PARA ACOMPANHAMENTO DO MIGCSL.

Dimensão	Prática recomendada	Resultado esperado
Gestão da Informação	Acervos organizados, empréstimos, trilhas criadas, fontes digitais curadas.	Pertinência das fontes, qualidade da curadoria e alinhamento curricular.
Gestão do Conhecimento	Projetos registrados, reuniões realizadas, materiais reutilizados.	Profundidade dos relatos, colaboração docente e continuidade das ações.
Inovação educacional	Produtos autorais, turmas atendidas, projetos interdisciplinares.	Autoria estudantil, resolução de problemas e aprendizagem evidenciada.
Mediação	Oficinas, atendimentos, orientações de pesquisa.	Qualidade da orientação, autonomia dos estudantes e participação crítica.

A avaliação também pode incluir instrumentos simples, como rubricas de pesquisa, autoavaliação dos estudantes, registros reflexivos dos professores e portfólios. Esses instrumentos aproximam a Sala de Leitura da avaliação formativa e permitem observar processos, não apenas produtos finais. Em projetos de pesquisa, por exemplo, é possível avaliar a qualidade das perguntas formuladas, a diversidade das fontes, a capacidade de síntese e a clareza da comunicação.

As rubricas são especialmente úteis porque traduzem expectativas em critérios observáveis. Uma rubrica de pesquisa pode considerar formulação do problema, pertinência das fontes, qualidade da leitura, uso ético da informação, organização das ideias, autoria e comunicação final. Esses critérios ajudam estudantes a compreender o que significa pesquisar bem e ajudam professores a avaliar processos de forma menos subjetiva. A Sala de Leitura, nesse caso, não apenas oferece recursos, mas também contribui para qualificar a avaliação das aprendizagens.

Outra possibilidade é acompanhar evidências de progressão. Em vez de observar apenas o resultado de um projeto, o Professor Articulador pode registrar como os estudantes avançam entre versões: primeira pergunta de pesquisa, fontes inicialmente escolhidas, ajustes após orientação, síntese produzida e produto. Esse acompanhamento mostra que competência em informação se desenvolve em etapas. Também permite identificar dificuldades recorrentes, como dependência de uma única fonte, dificuldade de paráfrase, ausência de critérios de confiabilidade ou pouca articulação entre evidências e argumentos.

Os indicadores, portanto, devem ser interpretados como instrumentos de aprendizagem institucional. Eles não substituem o olhar pedagógico, mas ajudam a torná-lo mais compartilhável. Quando uma escola registra que determinado projeto ampliou a diversidade de fontes usadas pelos estudantes, ou que uma oficina reduziu problemas de cópia literal, ela produz conhecimento sobre sua própria prática. Esse conhecimento pode orientar formações, ajustar planejamentos e fortalecer a posição da Sala de Leitura no projeto político-pedagógico.

AGENDA DE PESQUISA E DESDOBRAMENTOS

A revisão indica que ainda há lacunas importantes. A primeira diz respeito a estudos empíricos sobre o cotidiano das Salas de Leitura. Muitas pesquisas discutem políticas, conceitos e experiências, mas ainda são necessários estudos que observem práticas, acompanhem projetos, analisem registros e escutem estudantes, professores articuladores e gestores. Investigações etnográficas, estudos de caso e pesquisas-formação podem contribuir para compreender como a inovação acontece na prática.

A segunda lacuna envolve indicadores. É necessário desenvolver instrumentos que permitam avaliar não apenas frequência de uso ou quantidade de empréstimos, mas também desenvolvimento de competência em informação, qualidade das produções estudantis, integração curricular, circulação de práticas docentes e fortalecimento da memória pedagógica. Indicadores qualitativos e quantitativos podem ser combinados.

A terceira lacuna refere-se à formação do Professor Articulador. Pesquisas futuras podem investigar quais competências são necessárias para a função, quais modelos de formação são mais adequados, como comunidades de prática entre articuladores podem ser organizadas e que tipo de apoio técnico-pedagógico favorece continuidade. Essa agenda é especialmente importante porque a função exige um conjunto amplo de saberes que nem sempre aparece na formação inicial docente.

TABELA 9: AGENDA DE PESQUISA DERIVADA DO MIGCSL.

Tema	Pergunta de Investgação	Possível método
Práticas cotidianas	Como estudantes e professores utilizam a Sala de Leitura em projetos reais?	Estudo de caso e observção.
Compeência em informação	Que habilidades informacionais são desenvolvidas em percursos de pesquisa?	Análise de produções e rubricas.
Formação docente	Que saberes o Professor Articulador mobila	Entrevistas e pesquisa formação.
Gestão do conhecimento	Como práticas pedagógicas são registradas, compartilhadas e reutilizadas?	Análse documental e redes de prática.
Políticas públicas	Como norrmas e condições de trabalho afetam a comunidade das salas?	Análise documental e entrevista.

A quarta lacuna envolve comparação entre escolas. Unidades com diferentes níveis de infraestrutura, perfil profissional e cultura de planejamento podem produzir resultados muito distintos. Estudos comparativos ajudariam a identificar condições facilitadoras e obstáculos recorrentes. A quinta lacuna envolve a perspectiva dos estudantes, ainda pouco explorada. Compreender como eles percebem a Sala de Leitura pode revelar usos, barreiras e potencialidades não captadas apenas pela análise normativa ou docente.

Também merece atenção a relação entre Sala de Leitura e território. Escolas não estão isoladas; elas se conectam a bibliotecas públicas, equipamentos culturais, universidades, coletivos, famílias e espaços comunitários. Pesquisas futuras podem investigar como essas redes ampliam repertórios de leitura, acesso à informação e participação cultural. A Sala de Leitura pode funcionar como ponte entre currículo escolar e vida social, especialmente quando incorpora temas, memórias e demandas do território em projetos de pesquisa e autoria.

Outra frente de investigação envolve ética informacional e cidadania digital. A presença de inteligência artificial, plataformas algorítmicas, redes sociais e produção automatizada de textos torna ainda mais urgente discutir autoria, direitos, confiabilidade, privacidade e responsabilidade no uso da informação. O Professor Articulador pode ter papel relevante na formação de estudantes capazes de usar tecnologias de modo crítico, criativo e ético. Esse tema amplia a agenda da competência

em informação e aproxima a Sala de Leitura dos desafios contemporâneos da cultura digital.

Por fim, seria relevante desenvolver instrumentos de acompanhamento longitudinal. Muitos efeitos da Sala de Leitura não aparecem em um único projeto ou semestre. A formação leitora, a autonomia informacional e a cultura de registro institucional se constroem no tempo. Estudos longitudinais poderiam acompanhar turmas, professores e práticas ao longo de diferentes anos letivos, verificando permanências, mudanças e efeitos acumulados. Essa abordagem ajudaria a compreender a Sala de Leitura não apenas como intervenção pontual, mas como política pedagógica de longo prazo.

SÍNTESE ANALÍTICA DOS ACHADOS

A leitura conjunta dos resultados permite organizar a contribuição do artigo em cinco ideias centrais. A primeira é que a Sala de Leitura precisa ser compreendida como ambiente de mediação, e não apenas como ambiente de acervo. Essa distinção altera o modo como a escola define prioridades. Se o foco é apenas o acervo, as ações se concentram em guardar, emprestar e conservar materiais. Se o foco é mediação, as ações passam a incluir formação de usuários, projetos investigativos, produção autoral, curadoria de fontes e acompanhamento dos processos de aprendizagem.

A segunda ideia é que a competência em informação deve ser assumida como objetivo transversal da educação básica. Estudantes precisam aprender a navegar em ambientes informacionais complexos, reconhecer fontes confiáveis, comparar evidências, interpretar discursos, produzir sínteses e comunicar resultados. Essas habilidades não se desenvolvem automaticamente com o uso cotidiano de celulares ou plataformas. Elas exigem orientação, critérios, situações de prática e avaliação formativa. A Sala de Leitura pode ser um dos espaços mais adequados para organizar essa aprendizagem.

A terceira ideia é que a tecnologia deve ser incorporada a partir de problemas pedagógicos. A pergunta principal não deve ser “que ferramenta usar?”, mas “que tipo

de aprendizagem queremos promover?”. Quando o objetivo é desenvolver leitura crítica, podem ser usados textos impressos, reportagens digitais, vídeos, bases de dados e debates. Quando o objetivo é autoria, podem ser usados blogs, podcasts, apresentações, vídeos, mapas ou exposições. Quando o objetivo é memória pedagógica, podem ser usados repositórios, pastas compartilhadas, portfólios e registros de projeto. A escolha tecnológica decorre da finalidade.

A quarta ideia é que a Gestão do Conhecimento oferece uma contribuição decisiva para enfrentar a descontinuidade escolar. Muitas escolas realizam boas práticas, mas têm dificuldade de preservá-las e disseminá-las. O conhecimento fica preso a indivíduos, turmas ou momentos específicos. Quando o professor muda, o projeto termina. Quando a gestão muda, a prática se perde. O MIGCSL propõe que a Sala de Leitura ajude a transformar experiências em registros, registros em repertórios e repertórios em cultura institucional.

A quinta ideia é que a inovação precisa ser sustentada por condições materiais e simbólicas. Não basta desejar inovação; é preciso garantir tempo, formação, infraestrutura, reconhecimento e apoio. A figura do Professor Articulador é central, mas não pode carregar sozinho a responsabilidade por transformar o espaço. A inovação é institucional quando a gestão escolar, os docentes, os estudantes e a rede de ensino reconhecem a Sala de Leitura como parte do projeto pedagógico.

Essas cinco ideias ajudam a reposicionar o debate. A Sala de Leitura não deve ser defendida apenas porque a legislação exige sua existência, nem apenas porque a leitura é importante em termos gerais. Ela deve ser defendida porque pode responder a problemas concretos da escola contemporânea: excesso de informação, desigualdade de acesso, fragilidade da autoria estudantil, perda de memória pedagógica, isolamento docente e uso pouco crítico das tecnologias.

Do ponto de vista da Ciência da Informação, o estudo mostra que conceitos como mediação, competência em informação, organização da informação e Gestão do Conhecimento têm aplicação direta no cotidiano escolar. Eles não são categorias abstratas; ajudam a compreender práticas e a orientar decisões. Do ponto de vista da Educação, o estudo mostra que a inovação depende de ambientes capazes de integrar

recursos, sujeitos e processos. A Sala de Leitura é um desses ambientes quando planejada de forma sistêmica.

Do ponto de vista das políticas públicas, a principal implicação é que programas de leitura precisam ser acompanhados por estratégias de implementação. A criação de espaços e funções é apenas o primeiro passo. É necessário garantir formação, acompanhamento, avaliação e redes de troca. Sem isso, o potencial da política fica dependente das condições locais e do esforço individual de profissionais específicos.

TABELA 10: SÍNTESE DAS CONTRIBUIÇÕES DO ARTIGO.

Contribuição	Síntese	Relevância
Conceitual	Define a Sala de Leitura como ecossistema de inovação.	Supera a visão de espaço apenas físico ou administrativo.
Metodológica	Organiza revisão bibliográfica e documental sobre 2015-2025.	Sistematiza o debate recente e identifica lacunas.
Operacional	Propõe o MIGCSL como modelo de diagnóstico e planejamento.	Traduz GI, GC e inovação em eixos de ação escolar.
Política	Relaciona práticas escolares a marcos normativos.	Mostra condições necessárias para implementação.
Formativa	Destaca o Professor Articulador como liderança pedagógica.	Reforça a necessidade de formação e reconhecimento profissional.

Essa síntese permite evitar dois extremos. O primeiro extremo é o discurso idealizado, segundo o qual a Sala de Leitura seria naturalmente transformadora apenas por existir. O segundo é o discurso reducionista, segundo o qual o espaço teria pouca relevância diante de plataformas digitais e mudanças tecnológicas. A análise mostra que a Sala de Leitura é potente, mas sua potência é condicional. Ela depende de mediação, organização, integração e continuidade.

O artigo também contribui ao substituir a lógica acumulativa da dissertação por uma lógica seletiva de artigo. A dissertação precisava mapear autores, conceitos, normas e debates de forma extensa. O artigo precisa transformar esse material em argumento. Por isso, as tabelas longas de autores foram convertidas em quadros analíticos, e os resultados foram reorganizados em eixos. Essa escolha preserva os principais achados, mas melhora a fluidez e a legibilidade do texto.

Por fim, a síntese reforça que o MIGCSL deve ser compreendido como modelo em construção. Sua principal função é ajudar escolas e pesquisadores a formular boas perguntas: que informação circula na Sala de Leitura? Como ela é organizada? Que conhecimento é produzido? Como ele é registrado? Que práticas inovadoras emergem? Como são avaliadas? Quem participa? O que permanece depois que o projeto termina? Essas perguntas são mais importantes do que a adoção rígida de qualquer esquema.

CENÁRIOS DE APLICAÇÃO DO MODELO

Para tornar o MIGCSL mais operacional, é possível imaginar três cenários de aplicação em escolas com diferentes condições. O primeiro cenário é o de uma Sala de Leitura com acervo físico relevante, mas pouco organizado e com baixa integração ao currículo. Nessa situação, o eixo prioritário é a Gestão da Informação. O trabalho inicial deve concentrar-se em mapear o acervo, reorganizar materiais, criar categorias temáticas, identificar obras mais demandadas, retirar materiais inadequados ou obsoletos e construir curadorias vinculadas aos componentes curriculares. A inovação, nesse caso, começa pela recuperação da capacidade de acesso.

Nesse primeiro cenário, o Professor Articulador pode iniciar com ações simples: elaborar listas de leitura por tema, organizar pequenas exposições temáticas, criar fichas de indicação, mapear demandas dos professores e propor atividades de pesquisa com fontes selecionadas. O objetivo não é transformar tudo de uma vez, mas tornar o acervo visível e pedagogicamente útil. A partir desse movimento, a Sala de Leitura deixa de ser percebida como espaço passivo e passa a responder a necessidades concretas da escola.

O segundo cenário é o de uma escola que possui recursos digitais, mas os utiliza de modo fragmentado. Há plataformas, computadores ou materiais on-line, porém sem curadoria, sem registro e sem integração a projetos. Nesse caso, o eixo prioritário é a mediação tecnológica. O Professor Articulador pode organizar trilhas digitais, selecionar fontes confiáveis, criar orientações para pesquisa, propor atividades de comparação entre fontes e apoiar professores na escolha de ferramentas adequadas. A tecnologia passa a ser reorganizada em função de objetivos pedagógicos.

Nesse cenário, a competência em informação torna-se especialmente importante. Os estudantes precisam aprender a diferenciar busca superficial de investigação, reconhecer autoria, avaliar credibilidade, lidar com diferentes formatos de informação e produzir sínteses. A Sala de Leitura pode oferecer oficinas curtas sobre pesquisa, direitos autorais, referências, leitura crítica de notícias, produção de podcasts, elaboração de resenhas digitais e criação de apresentações multimodais. O foco não é a ferramenta em si, mas a formação de usuários críticos e autores responsáveis.

O terceiro cenário é o de uma escola com projetos ativos, mas pouca memória institucional. Há professores engajados e estudantes produzindo trabalhos, mas os resultados não são preservados. Nesse caso, o eixo prioritário é a Gestão do Conhecimento. A Sala de Leitura pode criar um repositório de projetos, organizar portfólios, registrar relatos de experiência, reunir produções estudantis e promover encontros de socialização. O objetivo é impedir que o conhecimento produzido se perca ao final de cada ano letivo.

Nesse terceiro cenário, o Professor Articulador atua como curador da memória pedagógica. Ele não substitui os docentes, mas ajuda a registrar e organizar o que a escola aprende. Essa função é relevante porque a inovação muitas vezes fracassa por falta de continuidade. Quando projetos são documentados, podem ser retomados, avaliados, adaptados e ampliados. A Sala de Leitura torna-se, então, um espaço de memória viva, e não apenas de armazenamento.

TABELA 11: CENÁRIOS DE APLICAÇÃO DO MIGCSL.

Cenário	Prioridade inicial	Ação estratégica
Acervo pouco organizado	Gestão da informação	Mapear, categorizar e criar curadorias temáticas.
Tecnologia fragmentada	Mediação tecnológica	Selecionar fontes digitais e orientar pesquisa crítica.
Projetos sem memória	Gestão do conhecimento	Registrar práticas e criar repositório pedagógico.
Baixa integração curricular	Planejamento colaborativo	Inserir a sala de leitura nos projetos das áreas.
Pouca visibilidade institucional	Avaliação e comunicação	Produzir indicadores e especializar resultados.

Esses cenários mostram que o MIGCSL pode ser aplicado de forma incremental. A escola não precisa iniciar pelo modelo completo. Pode começar pelo problema mais urgente, desde que mantenha a visão integrada. Em uma unidade, a prioridade será organização do acervo; em outra, formação para uso crítico das TICs; em outra, registro das práticas. O modelo serve justamente para evitar que essas ações fiquem soltas.

A aplicação incremental também reduz a resistência institucional. Mudanças muito amplas podem parecer inviáveis em escolas sobrecarregadas. Pequenas ações, quando articuladas a um horizonte comum, tornam-se mais sustentáveis. Uma curadoria temática pode gerar um projeto; um projeto pode gerar registros; registros podem alimentar uma comunidade de prática; a comunidade pode produzir novos projetos. Assim, a inovação cresce por acumulação e circulação de conhecimento.

Outro aspecto importante é que os cenários podem coexistir. Uma mesma escola pode ter acervo desorganizado, tecnologias fragmentadas e pouca memória institucional. Nesse caso, o Professor Articulador e a gestão precisam definir prioridades realistas. O MIGCSL ajuda a visualizar o conjunto sem exigir que tudo seja resolvido simultaneamente. A clareza dos eixos permite planejar etapas, distribuir responsabilidades e avaliar avanços.

Por fim, os cenários reforçam que a Sala de Leitura é um espaço estratégico porque toca diferentes dimensões da vida escolar. Ela lida com recursos, sujeitos, saberes, memórias, tecnologias e políticas. Quando bem articulada, pode contribuir para a formação leitora, para a competência em informação, para a inovação curricular e para a aprendizagem institucional. Essa amplitude justifica sua centralidade no debate sobre educação pública contemporânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou as Salas de Leitura da rede estadual paulista como ecossistemas de inovação educacional. A partir de revisão sistemática de literatura e análise documental, mostrou-se que a integração entre TICs e atuação do Professor

Articulador pode fortalecer processos de Gestão do Conhecimento quando vinculada a curadoria informacional, mediação pedagógica, registro de práticas, integração curricular e continuidade institucional.

Os resultados reforçam que a inovação na Sala de Leitura não decorre da simples presença de tecnologias. Ela depende da capacidade de transformar informação em conhecimento compartilhado e conhecimento compartilhado em práticas pedagógicas sustentáveis. Nesse processo, a Gestão da Informação organiza os recursos, a Gestão do Conhecimento faz circular os saberes e a inovação educacional traduz essa articulação em experiências de aprendizagem, autoria e cidadania digital.

Como contribuição, o MIGCSL oferece uma síntese conceitual para orientar diagnósticos, planejamentos e pesquisas futuras. O modelo destaca três eixos interdependentes e posiciona o Professor Articulador como liderança pedagógica e informacional. A proposta também evidencia que políticas de biblioteca escolar precisam ir além da existência formal do espaço, contemplando infraestrutura, perfil profissional, formação, avaliação e estabilidade.

A principal síntese do estudo é que a Sala de Leitura deve ser entendida como infraestrutura pedagógica de equidade e inovação. Equidade porque amplia acesso à informação, leitura, cultura e orientação; inovação porque pode reorganizar práticas de pesquisa, autoria e compartilhamento de conhecimento. Essa dupla função é especialmente relevante na escola pública, onde desigualdades de acesso e participação informacional são mais evidentes.

O artigo também mostra que a redução das grandes tabelas da dissertação não significa perda de conteúdo. Ao contrário, a linguagem de artigo exige selecionar, condensar e interpretar. Os autores e conceitos permanecem presentes, mas organizados como argumento, e não como inventário. Essa mudança torna o texto mais fluido e fortalece a contribuição analítica.

Por fim, o MIGCSL permanece como proposta aberta. Sua validade dependerá de aplicações futuras, ajustes e testes em contextos reais. Ainda assim, ele oferece uma estrutura inicial robusta para pensar Salas de Leitura como ecossistemas de inovação, articulando informação, conhecimento, mediação, tecnologia e política pública.

Conclui-se que a Sala de Leitura pode funcionar como núcleo estratégico da escola pública contemporânea. Para isso, deve ser reconhecida como ambiente de mediação cultural, competência em informação, memória pedagógica e inovação curricular. Pesquisas futuras podem aplicar o MIGCSL em estudos empíricos, comparar escolas com diferentes condições de infraestrutura, ouvir Professores Articuladores e estudantes e desenvolver indicadores de impacto para competência em informação e Gestão do Conhecimento.

Como limitação, destaca-se que a proposta ainda precisa ser testada em campo. O MIGCSL foi construído a partir de revisão e análise documental, o que permite consistência teórica, mas não substitui validação empírica. Pesquisas futuras poderão aplicar o modelo em escolas, observar seus usos, ajustar indicadores e verificar sua utilidade para Professores Articuladores, gestores e estudantes.

A principal implicação do estudo é que fortalecer Salas de Leitura exige pensar simultaneamente em política, formação e gestão. Política, porque é preciso garantir condições estruturais. Formação, porque o trabalho demanda competências específicas. Gestão, porque a escola precisa organizar rotinas, registros e processos de avaliação. Quando uma dessas dimensões falta, o potencial do espaço diminui.

REFERÊNCIAS

- [1] PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. Infoeducação: saberes e práticas. São Paulo, 2007.
- [2] CAMPELLO, Bernadete dos Santos. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 28-37, 2003.
- [3] BRASIL. Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF, 2010.
- [4] BRASIL. Lei nº 14.837, de 8 de abril de 2024. Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares. Brasília, DF, 2024.
- [5] NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. Criação de conhecimento na empresa. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- [6] DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. Working knowledge: how organizations manage what they know. Boston: Harvard Business Press, 1998.

- [7] KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e ensino presencial e a distância. Campinas: Papirus, 2012.
- [8] MORAN, José Manuel. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas: Papirus, 2013.
- [9] CUNHA, Murilo Bastos da. Bibliotecas: organização e serviços. Brasília, 2001.
- [10] DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. Ciência da Informação, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, 2003.
- [11] BELLUZZO, Regina Célia Baptista; SANTOS, Camila Araújo dos; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. A competência em informação e sua avaliação sob a ótica da mediação da informação. Informação & Informação, Londrina, v. 19, n. 2, p. 60-77, 2014.
- [12] BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Gestão da informação. Rio de Janeiro, 2008.
- [13] GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Organização e representação do conhecimento. Marília, 2008.
- [14] WENGER, Etienne. Communities of practice: learning, meaning, and identity. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- [15] VALENTE, José Armando. Tecnologias e currículo. Campinas, 2014.
- [16] GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2019.
- [17] CRESWELL, John W. Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. Thousand Oaks: Sage Publications, 2014.
- [18] BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.
- [19] SÃO PAULO (Estado). Resolução SE nº 102, de 19 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o Programa Sala de Leitura na rede estadual de ensino de São Paulo. São Paulo, 2017.
- [20] SÃO PAULO (Estado). Resolução SEDUC nº 92, de 7 de novembro de 2024. Dispõe sobre a organização e atribuição de aulas do Programa Sala de Leitura. São Paulo, 2024.

Submissão: novembro de 2025. Aceite: dezembro de 2025. Publicação: abril de 2026.